

# Pré Summit 2026: Seminários destacam a importância da acessibilidade e mobilidade e convidam público à reflexão sobre inclusão

*2º Seminário Nacional de Acessibilidade e 10º Seminário Estadual de Mobilidade Urbana e Acessibilidade destacam a importância da acessibilidade e mobilidade e convidam público à reflexão sobre inclusão*

Por Edinéia Rauta

Fotos: Fernanda Arruda

[Acesse galeria completa e encontre sua imagem por reconhecimento facial aqui](#)





[O CREA Summit 2026](#) foi palco nesta quinta-feira, 26, do 2º Seminário Nacional de Acessibilidade e 10º Seminário Estadual de Mobilidade Urbana e Acessibilidade. A abertura teve a presença do presidente do CREA-SC, Kita Xavier, e do coordenador da Comissão de Acessibilidade e Mobilidade Urbana do CREA-SC, Danilo Calderon. O evento conta com apoio financeiro e institucional do Confea e da Mútua e já está com mais 4.600 participantes inscritos.

“O CREA Summit é a oportunidade para trazermos conhecimento para todos. Sempre quando falamos de acessibilidade e mobilidade, o CREA tem muita responsabilidade, pois temos profissionais que dão soluções técnicas para garantir o atendimento a todas as pessoas. Pensamos no meio ambiente, mas principalmente as pessoas, e trazemos conhecimento a favor da engenharia, da agronomia e das geociências. Com essa imersão vamos colocar cada vez mais os profissionais de Santa Catarina em evidência”, destaca o presidente Xavier.



## **Acessibilidade e inclusão caminham juntas**

A primeira palestra “A inclusão da pessoa com deficiência: o que você tem a ver com isso?”, ministrada por Guilherme Bara, propôs uma reflexão direta sobre o papel individual e coletivo na construção de uma sociedade mais inclusiva.

Durante a apresentação, Bara destacou que a inclusão vai além das adaptações técnicas e arquitetônicas, passando principalmente por uma mudança de atitude. “A acessibilidade física é fundamental, mas a verdadeira transformação acontece quando saímos da posição de espectadores e assumimos nosso papel ativo”, afirmou. O palestrante fez um convite ao público para deixar a posição na arquibancada e entrar em campo para

participar efetivamente da construção de ambientes mais inclusivos.

Um dos pontos centrais abordados foi a importância da escuta ativa. Bara destacou que a convivência e a presença aceleraram a aprendizagem para sermos mais inclusivos e isso passa por priorizar. “Para elencar o que é prioridade temos que perguntar mais e deduzir menos. Perguntar e se abrir para ouvir o que o outro quer dizer”. O ouvir, aqui referido, permitirá ser mais assertivo na hora de colocar em prática o projeto.

Ele também ressaltou que a eliminação de barreiras pode reduzir significativamente as limitações. “Quando uma barreira é retirada, como a instalação de uma rampa, a incapacidade deixa de existir naquele contexto”, destacou, reforçando que pessoas com deficiência têm potencial muito maior do que se imagina.

Outro ponto relevante foi a diversidade dentro do universo das deficiências. De acordo com o palestrante, pessoas com a mesma deficiência podem ter necessidades completamente diferentes, influenciadas por suas histórias de vida. Além disso, o uso adequado da terminologia e da comunicação deve servir para construir pontes, e não criar barreiras.

Bara também trouxe orientações práticas, destacando que o caminho da inclusão não é linear e pode apresentar desafios. No entanto, enfatizou a importância de focar em soluções e não nos problemas para fortalecer a sociedade onde mais pessoas, inclusive as com deficiência, serão protagonistas e não vítimas.

Além disso, foram abordados temas como mobilidade urbana, segurança e a necessidade de políticas públicas que garantam condições básicas para inclusão, como acesso à educação, estímulo à autonomia e inserção no mercado de trabalho.

Ao final, Guilherme Bara reforçou que o desenvolvimento inclusivo deve ser pensado desde o início de qualquer projeto ou iniciativa.



## **Mobilidade Urbana e acessibilidade: a conexão oculta com a infraestrutura**

O Engenheiro Aloisio Pereira da Silva conduziu a segunda palestra trazendo a luz o modelo convencional versus o modelo integrado ISO 37155. Destacando ainda três pilares para uma mudança estrutural necessária: legislação, projeto (organização subsolo) e modelo de negócio (estruturação e viabilidade financeira).

Segundo ele, a cadeia de mobilidade tem o ponto de origem até o seu destino final e a calçada é a origem e o destino absoluto do deslocamento. Por isso, é preciso repensar de quem

é a responsabilidade das calçadas e o que se pode fazer para trazer um local acessível, promovendo a mobilidade. “A calçada é integrante da via pública, continuidade da rua, e não é de responsabilidade do proprietário do lote, sendo assim, a calçada, a ciclovia e a rua são bens públicos e exigem gestão, padronização e investimento do Poder Público”, afirmou.

Falando em legislação, Silva destacou que a mobilidade e a acessibilidade são para todos. “Elas estão ligadas as redes de infraestrutura do município, por exemplo, um poste que esteja obstruindo a passagem não pode ser removido por um morador. Precisamos ter regras claras, integradas e autonomia municipal”.

Já a infraestrutura tem tudo a ver com mobilidade e precisa trabalhar de forma harmônica e não mais fragmentada. O que antes era instalação por demanda isolada, sem coordenação entre concessionárias de esgoto, água, energia e telecomunicação, por exemplo, e que trazem transtorno na hora da manutenção, precisa ser revisto com a norma ISO 37155, que foca tanto na construção como na operação e manutenção da estrutura, protegendo a superfície.

O pilar três foca na estruturação e viabilidade financeira via Parceria Público-Privada (PPP), transformando o custo de manutenção destrutiva em modelos de negócio rentável e autossustentável para a cidade.

Para finalizar citou como exemplo o projeto piloto Sapiens Parque, em Florianópolis, que seguiu os passos da ISO. E trouxe ainda uma solução sistêmica onde todos ganham: poder público com gestão eficiente e redução de custos; o cidadão com acessibilidade universal contínua, segurança e qualidade de vida; o meio ambiente com arborização urbana e drenagem sustentável; e a concessionária com diminuição de falhas e furtos, facilidade na manutenção e expansão.





## **Acessibilidade pensada desde o início do projeto**

O engenheiro Augusto Fernandes trouxe a importância da acessibilidade ser pensada desde o início do projeto, conforme já citado por Guilherme Bara, e não apenas na etapa final, como algo isolado. “Temos que tratar a acessibilidade como parte permanente do projeto. A acessibilidade deve estar integrada na arquitetura com a implantação e todas as fases de projeto; na arquitetura de interiores com o layout, mobiliário e detalhamento; e no paisagismo com a calçada, vegetação e integração com a drenagem”, explica Fernandes.

A partir de uma foto de banheiro de hotel, o palestrante apresentou erros de funcionalidade do ambiente, destacando que não tem outra forma de saber o que é necessário, sem ter a vivência e perguntar qual a real necessidade das pessoas. Muitas vezes a implantação de itens de acessibilidade pode estar de acordo com as normativas, no entanto não são funcionais na prática.

Fernandes evidenciou que um projeto específico de acessibilidade também pode estar presente em edificações existentes a partir do diagnóstico técnico e adaptação física de espaços já construídos. No entanto não é recomendado fazer um projeto separado em novos empreendimentos residenciais multifamiliares, comerciais e grandes obras e eventos, os quais devem ser incorporados na arquitetura desde o início e com consultoria contínua.

Outro destaque da sua fala foi sobre os erros mais comuns em obras, sendo elas: tratar a acessibilidade como etapa final; copiar soluções padrão sem considerar o contexto real do projeto; e focar apenas no sanitário acessível e em rampas.

Por fim, Fernandes deixou como mensagem a importância de avaliar o trabalho realizado para melhorar o processo. “Sempre terá o que melhorar, observar e evoluir”.



**Adequação de edificações existentes**

Na palestra “Além da Rampa”, o engenheiro Daniel Faganello, destacou a importância de saber sobre as normas ABNT e Leis de acessibilidade para adequar espaços já construídos. “É preciso entender para quem vai fazer e o que fazer no lugar certo. A lei e a norma têm as informações do que vai adaptar e como vai adaptar, por isso é importante esse estudo”, destacou.

Faganello explicou que se tem gente precisa ser acessível. Mesmo em um espaço que não tenha pessoa com deficiência, o espaço precisa ser adequado, por isso é tão importante fazer desde o projeto ou se a construção já é existente precisa ser adaptada.

O engenheiro trouxe fotos de diferentes espaços para serem analisados e discutidas com a plateia as soluções para adequação. Exemplificou sobre as ações nas escadas, portas, degraus, elevadores, vagas de estacionamento, calçadas, sinalização, entre outros.

Destacou ainda itens fundamentais da edificação acessível:

- Calçada/passeio público;
- Acesso à edificação;
- Acesso às áreas comuns;
- Rota acessível, mapa e sinalização;
- Local de atendimento acessível;
- Elevador acessível;
- Sanitário acessível;
- Vaga de estacionamento – 2% PCD e 5% pessoas idosas.

Para finalizar Faganello convida os profissionais a fazer cursos e participar de entidades ou associações para conhecer e entender mais sobre as necessidades e, conseqüentemente, conseguir transferir as demandas para os projetos e as obras realizadas. “O Crea-SC, CONFEA e Mútua oferecem atualizações constantes com descontos para que todos tenham acesso à informação e estejam atualizados. Cabe a cada um buscar aprender para colocar em prática.

Entendendo e fazendo o melhor possível como profissionais e pessoas ajudamos a construir uma sociedade melhor”.

Entre os documentos disponíveis para aprendizagem está a Cartilha de Acessibilidade do Sistema Confea/Crea e Mútua, que pode ser acessada [aqui](#)

O documento tem como objetivo orientar engenheiros e demais profissionais do setor na promoção de cidades mais inclusivas e acessíveis, alinhadas às normas técnicas e legislações vigentes.



